

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA
INFÂNCIA: REFLEXÕES INICIAIS**

Jeniffer De Arruda, Elieuzza Aparecida De Lima, Juliana Guimarães Marcelino Akuri

Eixo 1 - Formação inicial de professores para a educação básica
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

Resumo Neste texto, a reflexão embasa-se em ações de projetos de pesquisa pertencentes ao programa de estudos e pesquisas “Especificidades da Docência na Educação Infantil” coordenado pela Dr^a. Elieuzza Ap. de Lima na Unesp de Marília. Um dos projetos intitula-se: “Docência na Educação Infantil: percepções de professores de bebês de um município do interior paulista” (ARRUDA, 2013) e tem como principal objetivo identificar se, para os professores investigados, o trabalho realizado com os bebês tem especificidades em relação às ações educativas em outros níveis da Educação Básica; para isso utiliza-se da pesquisa bibliográfica e de campo. O outro projeto, “Currículo da (na) Educação Infantil: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural” (AKURI, 2013), tem como principal finalidade localizar, reunir e sistematizar proposições de livros, artigos, teses e dissertações com base na denominada Psicologia Histórico-Cultural, e, para isso, se embasa em pesquisa bibliográfica. Tais projetos buscam, em linhas gerais, contribuir para a qualificação da Educação Infantil, bem como colaborar com reflexões pertinentes a formação de professores para a educação na infância. Por se tratar de pesquisas em andamento, os resultados apresentados são preliminares. Palavras-chave: Educação Infantil. Docência. Currículo.

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INFÂNCIA: REFLEXÕES INICIAIS

Jeniffer de Arruda. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília; Juliana Guimarães Marcelino Akuri. Escola Municipal de Marília; Elieuz Aparecida de Lima. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília.

Introdução

Este texto apresenta reflexões preliminares acerca de dois projetos de pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Unesp de Marília, SP. Em comum, as investigações trazem como objeto de estudo a Educação Infantil, área de conhecimentos em crescente expansão (ARRUDA, 2012). Tais projetos compõem o programa e projeto de investigação denominado **Estudos sobre Especificidades da Docência na Educação Infantil**.

Nesta exposição, destacamos estudos bibliográficos já realizados nas investigações e também aspectos metodológicos a elas inerentes.

Fundamentos teóricos

Nesta exposição, apresentamos reflexões teóricas dos trabalhos já desenvolvidos a partir dos projetos: **Docência na Educação Infantil**: percepções de professores de bebês de um município do interior paulista (ARRUDA, 2013) e **Currículo da (na) Educação Infantil**: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural (AKURI, 2013). No conjunto dos estudos, destacamos elementos da documentação legal e de estudiosos que contribuem para a produção de conhecimentos na/para a Educação Infantil, sobretudo aqueles referentes às temáticas investigadas.

De acordo com as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs** (BRASIL, 2009, p. 7), “o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação”.

Conforme destacado nas DCNEIS (BRASIL, 2009, p. 7):

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Fazendo um breve levantamento da documentação oficial que, nos últimos anos, tem garantido o direito à infância em suas especificidades e norteado a Educação Infantil brasileira, temos, após a **Constituição Federativa do Brasil**, em 1988, outros documentos que discorrem sobre a criança e sobre a Educação Infantil.

Em 1990, é promulgado o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, coadunando com as diretrizes da Lei expressa na constituição e ratificando a premissa da criança como sujeito de direitos. Mais adiante, em 1996, é homologada a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Nela, a Educação Infantil aparece, pela primeira vez, como parte da Educação Básica e passa a ocupar um lugar diferenciado no direcionamento das preocupações com a infância e com a educação das crianças.

Em 1998, é publicado o **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998)**, em três volumes: volume 1 – Introdução; volume 2 – Formação Pessoal e Social; e volume 3 – Conhecimento de Mundo. O conjunto dos documentos não tem caráter mandatório, como o próprio nome já diz.

[...] o Referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos.

Estes volumes pretendem contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país. (BRASIL, 1998, p. 7).

As **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009)**, publicadas pela primeira vez em 1999, compõem um documento e trazem discussões muito atuais e pertinentes sobre Educação Infantil. Diferentemente do Referencial, as Diretrizes têm caráter mandatório. Elas reforçam a necessidade de um atendimento que considere o cuidado e a educação das crianças tendo em vista sua formação integral, considerando

os aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivo/linguísticos e sociais (BISSOLI, 2009).

Em 2006, são publicados **os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil** (BRASIL, 2006), em dois volumes. Estes documentos têm como objetivo “estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006, v. 1, p. 8).

A apresentação do volume 2 (BRASIL, 2006, v. 2, p. 4) explicita que:

Esta publicação contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e que levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes.

Também em 2006, é promulgado o documento **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**, que contém diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área.

O panorama geral de discriminação das crianças e a persistente negação de seus direitos, que tem como consequência o aprofundamento da exclusão social, precisam ser combatidos com uma política que promova inclusão, combata a miséria e coloque a educação de todos no campo dos direitos. (BRASIL, 2006, p. 5).

A segunda edição do documento **Crítérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**, publicado pela primeira vez em 1995, é editada em 2009, com autoria de Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. Na apresentação desse documento, é apontado que:

Este documento compõe-se de duas partes. A primeira contém critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, que dizem respeito principalmente as práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças. A segunda explicita critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais. (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 7).

Também em 2009 o Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB nº 20/09 (BRASIL, 2009a) e a Resolução CNE/CEB nº 05/09 (BRASIL, 2009b), fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documento que explicita a identidade da Educação Infantil, trazendo importantes contribuições para a organização de um trabalho pedagógico

comprometido com o oferecimento de adequadas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todas as crianças.

Em 2013, a Educação Infantil consegue mais um avanço. A **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**, altera a LDB e torna obrigatória a educação dos 04 aos 17 anos. Como podemos ver no Art. 6º, “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 04 (quatro) anos de idade”. O Art. 29 altera a idade das crianças que fazem parte da Educação Infantil, em consonância com a Lei nº 11.114 que tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, Lei 12.796, 2013, p.1).

O Art. 26 dessa lei também sofre alterações, incluindo a Educação Infantil ao abordar o currículo:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, Lei 12.796, 2013, p.1).

A Educação Infantil vem nas últimas décadas se constituindo e consolidando como etapa educativa da criança pelo direito à infância e pela crescente preocupação com sua qualidade e suas especificidades. Nesse sentido, concordamos com Lucas (2009, p. 85) que, ao fazer uma breve retomada histórica sobre as políticas que dizem respeito à Educação Infantil, sintetiza:

Por fim, se quiséssemos resumir a história da educação infantil brasileira contemporânea em apenas uma sentença, enfatizando os seus fins, diríamos que se trata do movimento em busca da superação das funções assistencialista e preparatória em direção a uma educação infantil de cunho pedagógico, voltada para o desenvolvimento integral da criança e pautada na indissociabilidade dos atos de cuidar e educar.

Diante dos avanços no ordenamento legal, assegurando a Educação Infantil como direito da criança brasileira (LEITE FILHO, 2001) e possibilitando a constituição de novos sentidos de criança e de infância, estudos nessa área se tornam relevantes e necessários para uma compreensão cada vez maior das necessidades e especificidades da infância, de como se dá o desenvolvimento das crianças pequenas, de como deve ser a formação do profissional que atua com elas e da qualidade do trabalho a ser realizado para

promover o máximo desenvolvimento humano das crianças na Educação Infantil. Isto implica revisões necessárias acerca dos elementos componentes de um currículo na Educação Infantil, bem como, nas reflexões a acerca da formação dos professores/as que atuam nesta etapa de ensino.

Na sequência, passamos refletir acerca da questão da formação inicial e continuada de professores, especificamente daqueles que atuam na Educação Infantil, com base nos estudos realizados nos projetos de pesquisa em questão.

Ao pensarmos na formação inicial dos professores, concordamos com as ideias de Severino (2006, p. 67):

[...] o curso de pedagogia precisa ser um lugar de pesquisa, de investigação científica, ou seja, os conteúdos da educação devem ser apreendidos/desvelados/construídos mediante a investigação da própria prática, que é o objeto privilegiado da pesquisa do pedagogo em formação. Obviamente, não há de se entender essa prática apenas como a prática individual isolada, mas como processo coletivo, essencialmente produzido por um sujeito social.

Nesta passagem destacamos a importância de ser professor-pesquisador desde a formação inicial. Constituir uma prática educativa voltada à compreensão das especificidades e das possibilidades do trabalho pedagógico é um trabalho de reflexão e constituição cultural e social do professor. A vivência e a análise da própria prática educativa mediante reflexão pautada na formação científica constitui elementos essenciais de formação e consolidação de práticas que garantem a qualificação dos processos educativos.

Severino (2006, p. 67) assinala ainda elementos para pensarmos na importância da formação continuada dos profissionais da Educação:

Sendo o conhecimento um processo em permanente realização histórica, a formação do profissional da educação precisa ser um processo igualmente permanente, sua educação tem de ser continuada, não termina nunca, uma vez que seu objeto encontra-se igualmente em constante transformação.

Esta assertiva indica e justifica a necessidade e a importância que tem a formação continuada. Não no processo extremo de pensar na alteração da prática como um todo, mas num processo de contínuo (re)pensar e qualificar a própria prática educativa. A formação continuada constitui-se um momento privilegiado de análise dos processos educativos que são propostos na educação da infância e sua sustentação perante as necessidades colocadas

pelas características e pela complexidade do ato educativo neste período de formação das crianças.

Segundo Kishimoto (2003, p. 423), “para Oliveira-Formosinho & Formosinho (2001), o investimento na formação do profissional de educação infantil possibilita a oferta de melhor qualidade de educação às crianças”. Pensar na qualidade deste ensino significa não impregnar de usos de materiais sofisticados, mas de compreender o papel e as significações deste ensino para a formação e constituição das crianças em seres humanos com habilidades e capacidades complexas que se formam neste período da vida. Pensar a Educação Infantil como formadora e constituidora das habilidades infantis nos traz uma nova visão do professor como aquele que deve garantir o direito das crianças a ter acesso ao máximo desenvolvimento cultural elaborado pela humanidade, expressado por meio das artes, das ciências, da linguagem, dos costumes, etc.

A partir dessas afirmações, amplia-se a necessidade de os professores terem sólida formação teórica e metodológica, só assim esse profissional poderá oferecer ricas e plenas possibilidades de atividade e de aprendizagem para as crianças, dando-lhes oportunidades diferentes de acesso às formas mais elaboradas da cultura humana e de se desenvolverem de uma forma harmônica.

Aspectos Metodológicos

As duas pesquisas de mestrado ora discutidas, como já afirmado, são componentes do programa de estudos e pesquisas **Estudos sobre Especificidades da Docência na Educação Infantil** (LIMA, 2013). Uma das investigações a ele relacionada é denominada **Docência na Educação Infantil**: percepções de professores de bebês de um município do interior paulista, cujo objetivo geral é identificar se, para os professores investigados, o trabalho realizado com os bebês tem especificidades em relação às ações educativas em outros níveis da Educação Básica. Os objetivos específicos desse estudo são: verificar e analisar quais são as percepções de professores de bebês sobre questões acerca das especificidades do trabalho pedagógico/docência na Educação Infantil, e trazer contribuições do autor russo Alexander Vladimirovich Zaporozhets para a área da Educação Infantil,

e para o tema de pesquisa (ARRUDA, 2013). Ao considerarmos condições para efetivação dos objetivos sinalizados, a metodologia proposta para este projeto de pesquisa compreende ações bibliográficas e de campo. Essas ações de campo envolverão entrevistas com foco nas narrativas de professores dos berçários municipais de Marília, SP.

Outra pesquisa relacionada ao programa de estudos intitula-se **Currículo da (na) Educação Infantil**: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, e assume como principal finalidade “localizar, reunir e sistematizar proposições de livros, artigos, teses e dissertações com base na denominada Psicologia Histórico-Cultural” (AKURI, 2013). A pesquisa dar-se-á a partir de levantamento bibliográfico e análise de dados com projeção de indicações acerca de suas implicações pedagógicas para a ampliação do campo de conhecimentos na área da Educação Infantil.

Considerações Finais

Como resultados parciais dos trabalhos já efetivados, é possível indicar que a ordenação legal, mediante documentos tais como as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** (BRASIL, 2009) assinalam que a composição de práticas educativas na Educação Infantil

devem ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009, p. 18).

Com essa perspectiva, aprofundam-se os desafios para os cursos de formação inicial e continuada de professores. Um dos elementos essenciais desses cursos deveria ser a tomada de consciência acerca do papel docente na formação humana, expressado por meio de ações educativas intencionalmente organizadas e planejadas, e sobre as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento na infância, dentre outros aspectos essenciais do complexo processo de formação inicial e continuada de docentes.

Do que foi exposto, evidencia-se, assim, de forma significativa, a premência de revisões nos processos de formação inicial e continuada de professores de

crianças pequenas e acerca do que é o currículo neste momento da Educação Básica.

Nos limites desta breve exposição, assumimos a defesa de estudar essa área do conhecimento e também de buscar as especificidades do trabalho educativo com crianças pequenas. Ao conhecer as concepções dos docentes que já atuam com a Educação Infantil e poder apontar as características que possibilitem a qualificação do trabalho pedagógico, temos em vista assinalar indícios fundamentais à formação integral das crianças e, especialmente, contribuir para ampliar discussões sobre processos em que o professor que se constitui pessoal e profissionalmente no ambiente da Educação Infantil e em cursos de formação inicial. Trata-se de repensar a formação plena de sentidos e significações do professor sobre seu próprio ato educativo e acerca das particularidades da formação da criança que constituem, dentre outros aspectos, especificidades da docência na Educação infantil e do currículo pensado e concretizado nas escolas da infância.

Pelo exposto, a pretensão é contribuir com a área de produção de conhecimentos voltada à constituição de elementos essenciais às especificidades da docência na Educação Infantil e, do ponto de vista da Teoria Histórico-Cultural, assinalar indícios de componentes de um currículo humanizador na escola da infância.

Referências

AKURI, J. M. **Currículo da (na) Educação Infantil: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural**. Projeto de Pesquisa (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC – Unesp, Marília, 2013.

ARRUDA, J. **Reflexões sobre implicações pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural para a Educação Infantil em pesquisas acadêmicas da Unesp, Unicamp e USP (1990 - 2010)**. 2012. 140 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

_____. **Docência na Educação Infantil:** percepções de professores de bebês de um município do interior paulista. Projeto de Pesquisa (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC – Unesp, Marília, 2013.

BISSOLI, M. de F. O currículo em educação infantil: um campo de investigação. **Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação da UFAM**, ano 14, n. 1, p. 79-95, jan./jun. 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069. Brasília: Câmara dos deputados, 13 de julho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Brasília: CNE/MEC, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 11.114**, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF, sexta-feira, 5 de abril de 2013. Disponível em:
<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=05/04/2013>. Acesso em: 08 de abril de 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. v.1. Brasília. DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. v.2. Brasília. DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Parecer CNE/CEB nº 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009. **Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. DF: MEC, 2009a.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

_____. Resolução n. 05. Resolução da Câmara de Educação Básica, aprovada em 17 de dezembro de 2009. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009b.

KISHIMOTO, T. M. Contextos integrados de Educação Infantil: uma forma de desenvolver a qualidade. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 403-438.

LEITE FILHO, A. Proposições para uma educação Infantil cidadã. In: GARCIA, R.L.; LEITE FILHO, A. (Org.). **Em defesa da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 29-58.

LIMA, E. A. de. **Estudos sobre Especificidades da Docência na Educação Infantil**. Programa de investigação. Unesp, Marília, SP. 2013.

LUCAS, M. A. O. F. **Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores**. 2009. 322 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2009.

SEVERINO, A. J. Formação, perfil e identidade dos profissionais da educação: a propósito das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores: artes e técnicas, ciências políticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 61 – 72.